



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/02/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
1.2. JULGAMENTOS.....	2
1.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. OUTROS.....	6
3.2. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.....	7 - 8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	9
4.2. SEM ASSUNTO.....	10
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CÂMARA CÍVEL.....	11 - 12
5.2. INSTITUCIONAL.....	13
5.3. JULGAMENTOS.....	14 - 15
5.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	16
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	17
6.2. DESEMBARGADORES.....	18
6.3. INSTITUCIONAL.....	19
6.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	20 - 22
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. FÓRUM.....	23
7.2. INSTITUCIONAL.....	24
7.3. JULGAMENTOS.....	25
7.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	26 - 28
7.5. VARAS ESPECIAIS.....	29

SEMANA de fortes emoções no Tribunal de Justiça do Maranhão por ocasião da eleição da elegante Anildes Cruz para membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na categoria de desembargador. Desempenhará a função no próximo biênio...

RAPOSA/MA: DECISÃO SE CUMPRE

A juíza de Direito da Vara Única da Comarca da Raposa, Dr^a. Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, deferiu na data de 10/12/2010 que a empresa de transportes Litoral, responsável por atender o transporte público do município da Raposa, que o contrato deveria ser anulado no prazo de 60 (sessenta) dias.

O prazo se encerrou na data da última quinta-feira, dia 17/02. Teoricamente, desde a meia-noite do dia 18/02, ontem, era para a população da Raposa ter outra empresa de ônibus prestando serviços de transporte.

O processo de número 530-54-2010 é público. A juíza emitiu uma série de normas que a empresa Litoral deveria seguir para que continuasse servindo à população raposense, mas nada foi cumprido.

MULTA DIÁRIA DE R\$ 1.000,00

Na decisão, a juíza Rafaella Rodrigues determinou que a empresa Transporte Litoral Ltda pague multa diária de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) caso ocorra desobediência da medida judicial imposta, sem prejuízo da tipificação da responsabilidade criminal, além do descumprimento sujeitar os agentes públicos resistentes à multa pessoal a ser fixada.

A população da Raposa já sabe da decisão, porém como o prazo dos 60 dias terminou dia 17/02, última quinta-feira, a partir de ontem já começa a ser processada os valores diários de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais).

POPULAÇÃO AGE COM VIOLÊNCIA

Na última terça-feira, dia 15/02, por volta das 07h00, a população se revoltou com as más qualidades dos transportes. Num dos ônibus que faz a rota Raposa/São Francisco, os passageiros verificando que o mesmo apresentara problemas mecânicos, orientaram o motorista a entrar na garagem para trocar de viatura, coisa que não aconteceu. Mais à frente, o veículo pregou em plena

Avenida dos Holandeses, próximo do retorno do Hiper Bom Preço e os trabalhadores resolveram agir com violência depedrando o ônibus.

Sou contra qualquer ato de violência. Mas imagine trabalhadores que moram num município afastado 30 quilômetros de São Luís e que acordam antes das quatro da manhã para preparar almoço, pegar uma lotação que sai às 06h00 e 06h30 - por várias vezes atrasa, para chegar antes das 08h00, e o ônibus ainda quebrar, é para, no mínimo, ficar muito chateado.

MINISTÉRIO PÚBLICO TEM MÉRITO

A juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues foi muito feliz na condução do processo de número 530-54-2010. Foi uma Ação Civil Pública proposta e bem fundamentada pelo Ministério Público Estadual contra o Estado do Maranhão e a Transporte Litoral Ltda, o mesmo instaurou inquérito visando apurar irregularidades e problemas envolvendo a sistemática do transporte coletivo na Raposa após diversos pedidos de providências feitos pela comunidade.

Entre os diversos problemas, a comunidade citou péssimas condições, de higiene, má conservação dos veículos, não cumprimento de horários, insuficiência de veículos e superlotação de passageiros nos ônibus.

O Ministério Público realizou audiências públicas e averiguou haver falha do Estado no processo de licitação para execução do transporte semi-urbano e a concessão das linhas intermunicipais tangentes ao município da Raposa.

ORDEM PARA DEGOLA DE PRESOS EM PINHEIRO SAIU DE PEDRINHAS

A ordem para execução e degola de quatro dos seis presos mortos em rebelião na delegacia de Pinheiro (região da Baixada), no início do mês, partiu de um detento da Penitenciária de Pedrinhas, e chegou por celular. A superlotação da delegacia seria o pretexto para esconder rixa de dois líderes do motim com um terceiro colega de cela. As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada. O termo chegou ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e foi mostrado ao presidente da OAB-MA, Mário Macieira, nesta sexta-feira, 18. Ambos se disseram estarecidos com a narrativa em detalhes da rebelião.

Sabe-se pelo depoimento que a chegada de presos de Cururupu teria alterado radicalmente o dia-a-dia da cadeia em Pinheiro. O clima calmo se transformou em estopim e pólvora pela imposição das lideranças “de fora”, alguns com temperamento violento ao extremo. O corregedor informou ao presidente da OAB-MA que vai encaminhar o documento à presidência do Tribunal de Justiça, órgãos estaduais da Justiça e ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

Ordem para degola de presos em Pinheiro saiu de Pedrinhas

A ordem para execução e degola de quatro dos seis presos mortos em rebelião na delegacia de Pinheiro (região da Baixada), no início do mês, partiu de um detento da Penitenciária de Pedrinhas, e chegou por celular. A superlotação da delegacia seria o pretexto para esconder rixa de dois líderes do motim com um terceiro colega de cela.

As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada.

O termo chegou ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e foi mostrado ao

presidente da OAB-MA, Mário Macieira, ontem. Ambos se disseram estarecidos com a narrativa em detalhes da rebelião.

Sabe-se pelo depoimento que a chegada de presos de Cururupu teria alterado radicalmente o dia-a-dia da cadeia em Pinheiro. O clima calmo se transformou em estopim e pólvora pela imposição das lideranças "de fora", alguns com temperamento violento ao extremo.

Durante a revolta na delegacia, um dos líderes teria morto um taxista, arrancado um dos olhos e o jogado na entrada do corredor das celas. Um segundo chefe da revolta teria assassinado e bebido o sangue de um "ido-so baixinho e moreno".

Uma família teria sido obrigada a pagar resgate para que um preso comum não morresse.

O corregedor informou ao presidente da OAB-MA que vai encaminhar o documento à presidência do Tribunal de Justiça, órgãos estaduais da Justiça e ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

► ENCOMENDADAS

MORTES DE PINHEIRO

Ordem para degola de quatro presos na rebelião da delegacia do interior partiu do detento Satã, do Complexo de Pedrinhas

Autoridades ficam estarecidas com as atrocidades ocorridas na Delegacia Regional de Pinheiro, durante o motim que resultou na morte de sete detentos. Seis foram executados naquela ocasião e um identificado como José Raimundo Pereira (Coelho), morreu nesta sexta-feira no Hospital Municipal Antenor Abreu. Conforme já foi apurado, a ordem para execução e degola de quatro dos seis presos mortos durante a rebelião na Delegacia Regional de Pinheiro partiu de um detento da Penitenciária de Pedrinhas, e chegou por celular. A superlotação da delegacia seria o pretexto para esconder rixa de dois líderes do motim com um terceiro colega de cela.

As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada.

O termo chegou ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e foi mostrado ao presidente da OAB-MA, Mário Macieira, nesta sexta-feira, 18. Ambos se disseram estarecidos com a narrativa em detalhes da rebelião.

Sabe-se pelo depoimento que a chegada de presos

NEIDSON MOREIRA IMP/D.A. PRESS



SUPERLOTAÇÃO FOI PRETEXTO PARA ASSASSINATO

de Cururupu teria alterado radicalmente o dia-a-dia da cadeia em Pinheiro. O clima calmo se transformou em estopim e pólvora pela imposição das lideranças "de fora", alguns com temperamento violento ao extremo.

Durante a revolta na delegacia, um dos líderes teria morto um taxista, arrancado um dos olhos e o jogado na entrada do corredor das celas. Um segundo chefe da revolta teria assassinado e bebido o sangue de um "idoso baixinho e moreno". Uma família teria sido obrigada a pagar resgate para que um preso comum não morresse.

O corregedor informou ao presidente da OAB-MA que vai encaminhar o documento

à presidência do Tribunal de Justiça, órgãos estaduais da Justiça e ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

Conforme foi apurado pelo **Aqui-MA**, jovem Ramiro que teria sido o mentor e comandante do motim no dia 8 de fevereiro em curso, na Delegacia Regional de Pinheiro, quando se encontrava na Penitenciária de Pedrinhas participou também da rebelião que ali ocorreu em novembro do ano passado e que no dia do motim de Pinheiro, conversou com um detento chamado Satã que lhe instruiu como deveria fazer, inclusive sobre os presos que deveria matar e degolar e até o teor da carta com reivindicações que foi elaborada.

GT discute problemas fundiários de comunidades rurais

Numa reunião realizada esta semana, o Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária das Glebas Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga, que contou com as presenças de representantes da Defensoria Pública, Serviço de Patrimônio da União, entre outras autoridades, da vereadora Rose Sales (PCdoB), articuladora do movimento, e de lideranças sociais e comunitária, esteve colocado em discussão os problemas que enfrentam a comunidade de Matinha, que desde o final de 2010 luta pelo seu direito à terra, e da comunidade de Sitinho/Vila Maranhão, onde 21 famílias tiveram suas casas derrubadas, quando uma senhora até abortou, bem como a busca de alternativas que contribuam para solucionar as questões.

No encontro, o advogado Manoel Ximenes, da EDECONSIL apresentou novamente uma proposta de um acordo para contratação de um topógrafo para fazer a demarcação de terras da empresa e da comunidade, visando delimitar qual a região está sendo alvo de conflito, e depois cada parte abriria de uma parcela da terra que reivindica. Os representantes comunitários ressaltaram que trabalham na área, explorando a lavoura há mais de 30 anos, sem serem incomodados, principalmente pelo senhor Waldir Jorge, que teria vendido terras para a empresa. O mesmo já teve duas ações

judiciais indeferidas sobre comprovação de propriedade das terras ocupadas pela comunidade.

Por sua vez, o defensor público Alberto Tavares enfatizou que a delimitação de terras é de competência do ITERMA, e por esta razão vai diligenciar junto ao órgão para demarcar a área, além de falar da gravidade dos danos sofridos pela comunidade, que devem ser observados na elaboração de um possível acordo. Também ficou deliberado que será solicitado a Corregedoria do Tribunal de Justiça diligenciamento junto aos cartórios a forma de lavratura da escritura pública, a fim de evitar fraudes.

Reintegração - Já no caso da comunidade de Sitinho, que contou com a insistência da vereadora Rose Sales e do representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rafael Antonio, para medição da área de reintegração, onde ficou constatado que algumas casas derrubadas estavam fora da área, na reunião o representante do SPU, Jorge Pinto, informou que existe a possibilidade da área pertencer a União, e o defensor Alberto Tavares se prontificou em analisar os documentos existentes, objetivando verificar medidas que podem ser adotadas pela DPU.

Ainda na mesma reunião foram abordados problemas das comunidades de Ananan-

diba, Arraial, Cabral Miranda e Quebra Pote, bem como o leilão de terras nas regiões do Quebra Pote e Vila Maranhão, com previsão para ser realizado nessa sexta-feira, (18), tendo ficado acertado como encaminhamento fazer a verificação se as áreas postas para leilão estão no polígono da discriminação que foi encaminhada à SPU pelo ITERMA.

Articulação - "A importância do GT se dá em decorrência da necessidade de fazer um trabalho articulado com lideranças sociais, órgãos governamentais das diferentes esferas de poder, buscando resolver esse problema histórico, que é um grande débito social, e que não está para ser solucionado em uma instituição, organização ou grupo político isoladamente", avalia Rose Sales. Segundo ela, "assumir o GT é compromisso político de responsabilidade de não vender falsos sonhos, mas despertar lideranças sociais e autoridades constituídas para essa responsabilidade coletiva, pois é impossível o povo trabalhador em pleno século XXI estar a mercê de assombros e ameaças constantes de grileiros especuladores em relação ao direito de posse, assim ao direito à terra".

SOBE PARA SETE OS MORTOS NA REBELIÃO DE PINHEIRO

Subiu para sete o número de mortos na rebelião de Pinheiro. O detento José de Ribamar Pereira, um dos presos que participou da rebelião de Pinheiro na qual foram mortos seis presos na hora, morreu na noite da última quinta-feira em um hospital de São Luis. No episódio, ele havia levado várias facadas, o que o deixou hospitalizado e o levou à morte. **PAG. 08**



Sobe para sete os mortos na rebelião de Pinheiro

Subiu para sete o número de mortos na rebelião de Pinheiro. O detento José de Ribamar Pereira, um dos presos que participou da rebelião de Pinheiro na qual foram mortos seis presos na hora, morreu na noite da última quinta-feira em um hospital de São Luís. No episódio, ele havia levado várias facadas, o que o deixou hospitalizado e o levou à morte.

A REBELIÃO

Terminou na tarde do último dia 8 a rebelião de presos na delegacia de Pinheiro. Na rebelião foram mortos seis presos, sendo quatro deles assassinados por degolamento. Com a morte de José Ribamar Pereira agora são sete os mortos.

Segundo informações, a polícia fez uma revista nas celas, sendo que a rebelião começou, na noite do dia anterior por causa de uma briga entre presos, mas já há informações de que a rebelião em Pinheiro foi comandada e coordenada, assim como incitada diretamente de Pedrinhas, via telefone celular.

O local estava superlotado - capacidade é para 35 presos, mas a carceragem abrigava naquele momento 95 pessoas.

Imediatamente para reduzir o problema, alguns presos foram transferidos para suas cidades de origem. Durante a rebelião, morreu José Agostinho Bispo Pereira, 55 anos, que havia sido preso em flagrante no dia 8 de junho de 2010 por abusar de uma filha. Ele teve filhos-netos

com a jovem de 29 anos.

Outros presos, dos 91 que estavam na delegacia, também estão sendo transferidos assim que as vagas forem liberadas. As transferências fazem parte do acordo entre os presos, que fizeram 15 horas de rebelião da noite a polícia.

Os detentos que estavam na carceragem da delegacia reclamavam, principalmente, da superlotação. Houve uma tentativa de fuga, mas a ação foi frustrada pela polícia, dando início à rebelião, ainda na noite do dia 7.

Durante o motim, seis presos foram mortos, sendo quatro degolados, entre os quais o pescador José Agostinho Bispo Pereira, preso, em junho de 2010, por abusar da filha, de ter com ela oito filhos, abusar de uma filha-neta e, ainda, mantê-las em cárcere privado, em um povoado isolado do município de Pinheiro. O caso dele ficou conhecido internacionalmente, e ele passou a ser chamado de "O Monstro de Pinheiro".

BARBÁRIE SÃO LUÍS

A rebelião em Pinheiro, aconteceu três meses depois de uma barbárie em Pedrinhas, oportunidade em que foram mortos mais de uma dezena de detentos, dos quais três foram degolados. As cabeças foram atiradas para fora da unidade, por uma janela, por volta das 16h30. Cinco monitores feitos de reféns. Hugo Wagner de Mesquita Melo, Manoel Costa de Jesus Filho, Carlos P. de Araujo, Daniel

Pereira Rodrigues e José V. da Conceição, os reféns. Os presos reivindicavam naquela oportunidade, agilidade nos processos; solução para o problema da falta d'água (segundo os presos, eles tinham água há 25 dias); transferência dos presos de Imperatriz e da Baixada Maranhense, devido à rivalidade; que a visita dos familiares não fosse mais realizada na quadra esportiva por causa do sol, e sim nas próprias celas; e exoneração do diretor do Presídio São Luís, Luís Henrique Sena de Freitas.

Os mortos foram: Neguinho do Barreto; José de Ribamar dos Anjos Filho, o "Dragão", Isac, Guri, Eromar, P. Júnior, Cleuton da Vila Embratel, Elisângelo de Humberto de Campos e Chiquinho. Os três últimos foram os degolados.

O major PM Luís Eduardo Vaz, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA Luís Antônio Pedrosa e o juiz da Vara de Execuções Penais Jamil Aguiar conduziram as negociações.

Corregedor Guerreiro Jr. recebe Lobão Filho

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, encaminhará o projeto de Parceria Público Privada (PPP), de sua autoria, o senador Lobão Filho (PMDB) em Brasília. O pedido partiu do parlamentar, que considerou a proposta inovadora.

Lobão Filho e o desembargador Guerreiro Júnior debateram a possibilidade de formar uma comissão conjunta para tratar o assunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a ministra-corregedora Eliana Calmon.

O corregedor defende a PPP como meio de impulsionar obras e serviços no Judiciário maranhense, com comprometimento máximo de 30% da receita do Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

“Já pensaram se essa idéia contagia o Judiciário Nacional e digam que sua semente germinou aqui no Maranhão?”, entusiasmou-se o senador peemedebista.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2011 • Processo n.º. 36.998/2010

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e nº 24.628/08, Resolução nº. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de materiais diversos para higienização e conservação de documentos da Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, no dia 11/03/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 18 de fevereiro de 2011.

JOANNE DIAS CUNHA
Pregoeira TJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011 • Processo n.º. 7.567/2010

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns e continuados nas funções de copeiro, ascensorista, auxiliar de serviços gerais, jardineiro, recepcionista, operador de máquina copiadora, motorista, garçom, carregador, encarregado de serviços gerais, cuidador, cozinheiro, técnico de som, empacotador, técnico de suporte de rede e help desk, com disponibilização de mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, a serem prestados junto às unidades prediais do Poder Judiciário Estadual conforme conveniência do Contratante, no dia 04/03/2011, às 09:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 18 de fevereiro de 2011.

FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO
Pregoeira Oficial TJ/MA

Shopping vai recorrer

Advogados irão entrar com recurso contra sentença que condenou o estabelecimento a pagar indenização

HONÓRIO MOREIRA/IMP.D.A PRESS



ESTACIONAMENTO DO SÃO LUÍS SHOPPING, ONDE OCORREU O SEQUESTRO-RELÂMPAGO, NA NOITE DE 9 DE OUTUBRO DE 2007

ENTENDA O CASO

Administradora ficou com arma na cabeça

Na quinta (17), a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) divulgou que condenou o São Luís Shopping a pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 45 mil, a uma vítima de sequestro-relâmpago. O fato ocorreu na noite de 9 de outubro de 2007, quando uma administra-

dora de empresas foi surpreendida em seu carro, no estacionamento do estabelecimento, por um assaltante, que a obrigou a dirigir até a Vila Conceição, onde a agrediu e depois fugiu com o veículo. O advogado da vítima contou que hoje ela tem medo de ir a shopping. Disse que no dia do sequestro-re-

lâmpago, o assaltante estava armado com um revólver e, ao chegar à Vila Conceição, usou a arma para agredi-la, principalmente no rosto. A administradora foi socorrida por uma pessoa e, depois, por uma guarnição da polícia. O carro dela foi encontrado momentos mais tarde, no bairro Vinhais.

O São Luís Shopping, por meio de seus advogados, vai recorrer, em Brasília, da condenação do Tribunal de Justiça do Maranhão a pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 45 mil, a uma vítima de sequestro-relâmpago ocorrido na noite de 9 outubro de 2007, no estacionamento do shopping.

De acordo com o Departamento Jurídico do shopping, que considera a condenação improcedente, a senhora Sâmia Aline Dutra não demonstrou no processo judicial a existência efetiva de sequestro-relâmpago. "Além do mais, a prática de crime violento contra cliente equivale a um caso fortuito, eis que, além de imprevisível e inevitável, não guarda nenhuma ligação com os riscos do empreendimento do shopping, sendo completamen-

te estranho à organização de seu negócio", argumentam os advogados.

Ainda conforme os advogados, embora o São Luís Shopping disponha de serviço próprio de segurança, a prevenção de atos dessa natureza e o combate à criminalidade competem exclusivamente ao aparato policial do Estado, inexistindo fundamento jurídico para transferir essa incumbência ao particular. Os demais tribunais do país, afirmam os advogados, têm afastado a responsabilidade do comerciante em casos de grave violência praticada por terceiros, visto que tal fato é insuperável. Nesse sentido: "Não se configura negligência se o carro guardado em estacionamento foi roubado em um assalto a mão armada".

JUSTIÇA EFICAZ (1)

Um projeto inédito do corregedor geral de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, sobre a importância da Parceria Público Privada (PPP), será levado ao Senado pelo peemedebista Lobão Filho. Ele considerou a proposta inovadora e uma contribuição consistente para revolucionar o Judiciário nacional.

JUSTIÇA EFICAZ (2)

No encontro, com Guerreiro, Lobão Filho admitiu a possibilidade de formar uma comissão para debater a proposta no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Seria levada à ministra-corregedora Eliana Calmon. Para Guerreiro, o projeto da PPP é capaz de impulsionar obras e serviços no Judiciário maranhense, com comprometimento máximo de 30% da receita do FERJ, o Fundo Especial de Reparelhamento do Judiciário.

Suplentes tomam posse na segunda

Justiça está fazendo levantamento dos nomes, uma vez que o presidente da Câmara de Vereadores de Estreito, a quem compete a função, foi afastado sob acusação de corrupção

CLODOALDO CORRÊA

A cidade de Estreito (814 km de São Luís) só voltará a ter Poder Legislativo na próxima semana. A posse dos suplentes de vereadores está prevista para segunda-feira, pela manhã. Embora já se saiba quem são, o Tribunal de Justiça estava levantando, ontem, os nomes para convocação oficial. Os titulares foram afastados por decisão da Justiça por suspeita de que tenham desviado quase R\$ 200 mil dos cofres públicos. Também responde ao processo a contadora da Câmara, Ivonete da Silva Prado Macedo.

Um dos suplentes, Zé Wilson Vilar (DEM), confirmou a O IMPARCIAL a data da posse com a eleição da Mesa Diretora, que será presidida, inicialmente, pelo suplente de vereador mais velho. A juíza do município, Dayna Leão, que afastou os nove vereadores da cidade, está participando de um mutirão em Barra do Corda e retorna para Estreito na segunda.

Os parlamentares afastados anunciaram que vão recorrer da decisão. A briga promete ser longa. Foram afastados Edevandrio Gomes Pereira (PT), Reginalva Alves Pereira (PPS), Elton Pasa (PSB), José Rômulo Rodrigues dos Santos (PSB), Inocêncio Costa Filho (PV), Eriberto Carneiro Santos (PMN), Manoel Barbosa de Sousa (PV), Bento Cunha de Araújo (PT) e Benedito Sousa Salazar (PMDB). Em seus lugares assumem Francisco de Paula (PV), Sabrina Passos (DEM), Zé Wilson Vilar (DEM), Aluísio Andrade (PTB), Neto da Sopa (PP), Helismar Freitas (PRP), Tavané Firmo (PTC), Hélio Aguiar (PTC) e Maria do Socorro Sousa (PDT).

Pela denúncia do Ministério Público, os vereadores dividiram entre si R\$ 198 mil que sobraram do dinheiro destinado a manutenção da Casa, ficando R\$ 22 mil para cada.

Ainda segundo o MP, os vereadores, acharam o valor mensal pequeno e preferiram receber a quantia toda em cheques, que deveriam ser compensados em meses específicos, segundo um sorteio realizado. Assim, cada político iria sacar a quantia em um dos meses do ano. Apenas quando um dos cheques foi repassado para um agiota, a fraude foi descoberta.

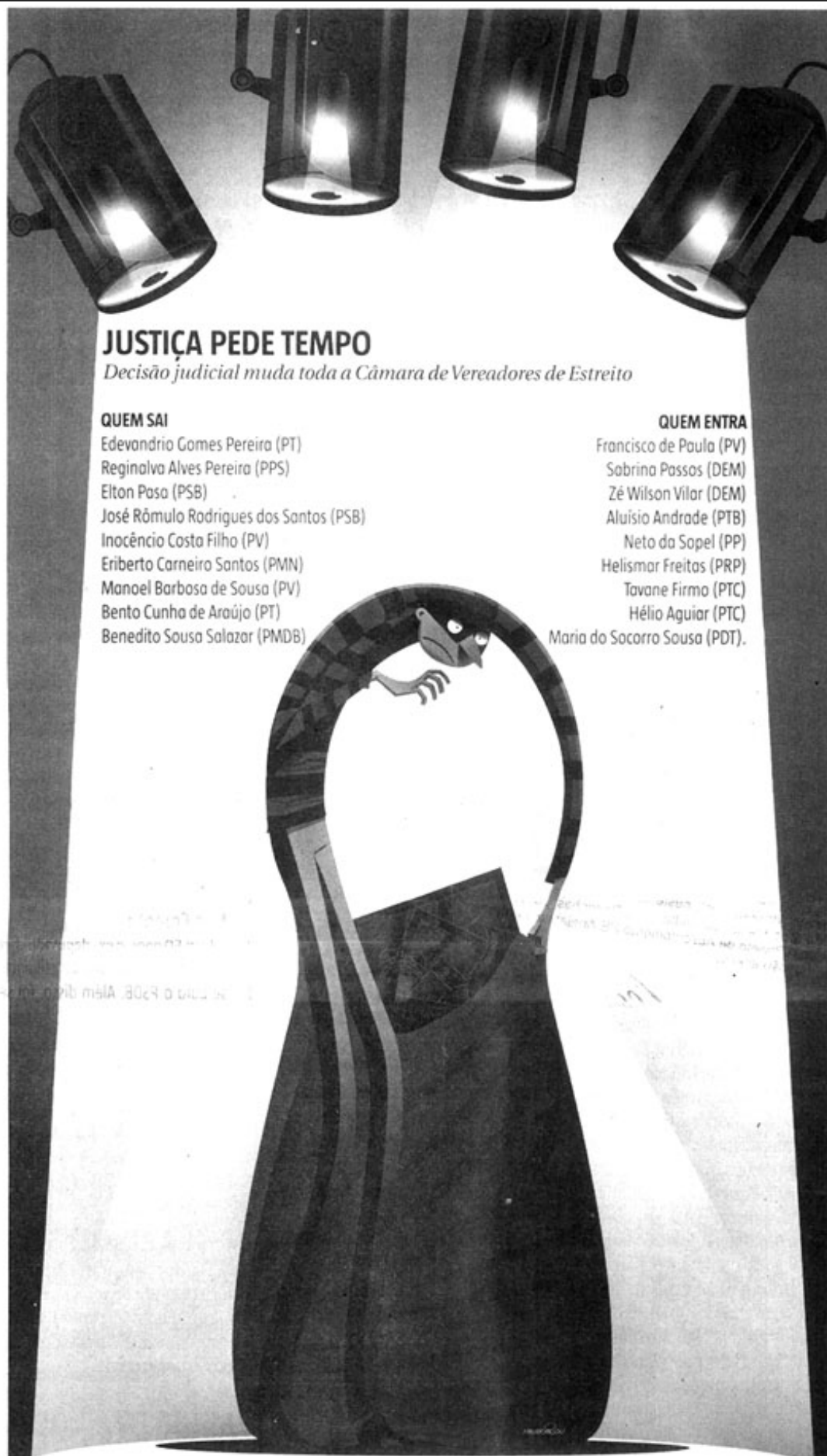
O afastamento dos vereadores é apenas a primeira sanção solicitada pelo MPE à Justiça. Esses nove vereadores também responderão pelo crime de improbidade administrativa e podem ser obrigados a devolver o dinheiro rateado entre eles, terem seu mandato cassado ou os direitos políticos suspensos por dez anos.

Legislação

Para o especialista em Direito Eleitoral, José Eduardo Lula, a situação em Estreito é completamente inusitada e a legislação eleitoral não prevê uma solução ideal para o caso. "A convocação dos suplentes é realizada pelo presidente da Câmara e, em caso de afastamento deste, do vice, em seguida, o 1º secretário e assim sucessivamente. Mas não tem nenhum vereador na cidade, então ficou a cargo do Judiciário". Para ele, porém, é necessária a convocação dos suplentes, uma vez que o afastamento dos vereadores foi de mais de 120 dias (eles estão afastados por 180 dias). "O que a lei determina é que quando vereadores, deputados ou senadores esti-

verem afastados por mais de 120 dias, os suplentes devem ser convocados".

Para Lula, a cidade perde muito por estar sem Poder Legislativo. "O prefeito pode tomar decisões por meio de medidas provisórias, se houver previsão na Lei Orgânica do Município. O Poder Executivo fica sem fiscalização e as pessoas sem representatividade", afirmou. Estreito está sem Legislativo há três dias.



JUSTIÇA PEDE TEMPO

Decisão judicial muda toda a Câmara de Vereadores de Estreito

QUEM SAI

Edevandrio Gomes Pereira (PT)
Reginalva Alves Pereira (PPS)
Elton Pasa (PSB)
José Rômulo Rodrigues dos Santos (PSB)
Inocência Costa Filho (PV)
Eriberto Carneiro Santos (PMN)
Manoel Barbosa de Sousa (PV)
Bento Cunha de Araújo (PT)
Benedito Sousa Salazar (PMDB)

QUEM ENTRA

Francisco de Paula (PV)
Sabrina Passos (DEM)
Zé Wilson Vilar (DEM)
Aluísio Andrade (PTB)
Neto da Sapel (PP)
Helismar Freitas (PRP)
Tavane Firma (PTC)
Hélio Aguiar (PTC)
Maria do Socorro Sousa (PDT).

ORDEM DAS DEGOLAS (1)

Incrível, mas estes Bastidores já vinham cantando a pedra. Ou melhor, levantando suspeita de que nem tudo que aconteceu no motim sangüinário da delegacia de Pinheiro, onde quatro presos foram degolados, há duas semanas, foi simples desavença entre os apenados. Há sim, interferência de fora. Ou do crime organizado, ou da disputa pelo poder no tráfico de drogas.

ORDEM DAS DEGOLAS (2)

Seis presos foram mortos de uma hora para outra. A ordem partiu da Penitenciária de Pedrinhas e foi dada por celular. A superlotação da delegacia seria apenas pretexto para a consumação da barbárie. As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada.

TJ reforma fórum do município de Cururupu

As obras de reforma do fórum de Cururupu, comarca de entrância inicial, situada a 453 Km de São Luís, serão finalizadas no mês de março deste ano. A previsão de entrega do prédio com nova infraestrutura é da Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça

(TJMA), responsável em vistoriar a reforma iniciada em janeiro.

O imóvel, cedido pela Prefeitura de Cururupu, possui 922,30 m² de área construída e está situado em terreno de 302,61m². A empresa DA Construções Ltda é responsável pela reforma do fó-

rum que está sendo adaptado seguindo padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado.

Atualmente estão sendo feitos os serviços de recuperação do telhado e reboco; construção de muro; instalação de grades com portão de entrada; drenos para ar condicionado e de novos pontos elétricos, lógicos e telefônicos; troca de louças e metais dos banheiros; abertura de vãos para portas; substituição de luminárias.

SOBE

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, que tomará posse no cargo de diretor da Escola Superior de Magistratura do Maranhão, na próxima segunda-feira, na sala das sessões plenárias do palácio da Justiça Clóvis Bevilácqua.

Laudo técnico aprova condições de trabalho no Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão já realizou 70% das perícias ambientais nos ambientes de trabalho no âmbito do Judiciário. As perícias – iniciadas em novembro de 2010 – têm como objetivo verificar o grau de insalubridade e periculosidade nos locais e nas atividades desempenhadas pelos servidores da Justiça no Estado.

Todos os ambientes de trabalho periciados na capital e interior apresentaram condições adequadas de funcionamento, não sendo identificada nenhuma irregularidade quanto ao cumprimento da legislação que trata de segurança do trabalho, segundo laudo apresentado pela SSO (Assessoria em Segurança e Saúde Ocupacional), empresa responsável pelas perícias.

A equipe técnica encarregada de realizar as perícias percorreu mais de 10.000 km no Estado, fazendo levantamentos dos riscos potenciais aos servidores do Judiciário. Além da existência de riscos de acidente, foi verificado se há também algum risco físico, químico ou biológico.

O trabalho foi realizado por engenheiros e médicos do trabalho, enfermeiros e técnicos de segurança da SSO, empresa devidamente licitada pelo TJMA para a realização do trabalho. O laudo final das perícias será entregue em

março deste ano.

“A iniciativa de realizar perícias para identificação de insalubridade e periculosidade no âmbito do Judiciário estadual visa tão somente melhorar, ainda mais, as condições de trabalho dos nossos funcionários no desenvolvimento das suas atividades profissionais. É uma medida pioneira no Estado e representa o compromisso da atual gestão do tribunal com a valorização dos servidores do Poder Judiciário”, ressaltou a diretora geral do TJMA, Alessandra Darub.

O trabalho de perícia consiste na execução sistemática do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), obedecendo rigorosamente as Normas Regulamentadoras (NR's) 15 e 16, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre as localidades periciadas até agora incluem-se as comarcas de Barrá do Corda, Codó, Bacabal, Coroatá, Dom Pedro, Esperantinópolis, Eugênio Barros, Igarapé Grande, Pedreiras, São Mateus, Santa Rita, Timbiras, Santa Rita, Tuntum, Poção de Pedras, Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Santo Antonio dos Lopes, além de São Luís.

Saúde Ocupacional - Paralelamente à realização de perícias

DIVULGAÇÃO



O laudo apontou que os servidores trabalham em condições adequadas

ambientais, os servidores estão sendo submetidos à exames médicos para verificação de aptidão para a atividade que desenvolvem no Poder Judiciário, conforme o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).

Até o momento, 1.200 servidores se submeteram ao exame de saúde ocupacional, que estão sendo realizados nos seis polos judiciais no interior do Estado, e em São Luís.

“Com um diagnóstico científico das condições de saúde dos nossos servidores, temos mais condições de oferecer-lhes um acompanhamento médico que possa valorizar o seu potencial na sua atividade profissional, superando possíveis limitações decorrentes de doenças crônicas ou de outros problemas que afetam diretamente a sua saúde”, salientou a diretora da divisão médica do TJMA, Keila Castro Melo.

O diretor de Recursos Humanos, Aurino Rocha, disse que a iniciativa vem ajudar o Judiciário a proteger a integridade e a capacidade de trabalho dos seus servidores. “Trata-se de um trabalho preventivo que visa principalmente proteger a saúde dos funcionários, dando-lhes melhores condições para desenvolver suas funções num ambiente de trabalho adequado”, explicou.

ORDEM PARA DECAPITAÇÃO DE PRESOS EM PINHEIRO TERIA SAÍDO DE PEDRINHAS

ÚLTIMA PÁGINA

Corregedor e OAB discutem situação prisional do Maranhão

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, recebeu ontem os presidentes da OAB-MA, Mário Macieira, e da seccional Balsas, Ana Cecília Delavy. O encontro teve por objetivo apresentar as reivindicações da comarca. Em face dos acontecimentos envolvendo o sistema carcerário estadual, o tema ocupou boa parte da reunião da qual também participou o advogado Crisógomo Vieira, que atua em Riachão.

Superlotação, corrupção e drogas que circulam nas prisões sobressaem entre os problemas carcerários debatidos pelo corregedor e representantes da Ordem.

Estado da degola – Falando sobre a rebelião na delegacia de Pinheiro, onde seis detentos foram mortos – quatro deles degolados – o corregedor citou depoimento de um sobrevivente da tragédia, segundo o qual as degolas teriam sido comandadas de dentro do presídio de Pedrinhas.

“É um desastre. O estado ago-

ra é conhecido como “o Estado da degola”. Nós que brigamos pelo Maranhão estamos nos envolvendo em uma questão perigosíssima”, alertou.

Para o presidente da OAB-MA, os problemas com a questão carcerária no Maranhão são preocupantes. Sobre a organização criminosa sugerida pelo preso, e cuja cópia de depoimento recebeu, Macieira se disse ainda mais preocupado com notícia de que o comando da rebelião teria partido de Pedrinhas.

O presidente se disse mais otimista com a possibilidade de aliança entre Corregedoria e OAB no sentido de lutar por solução para o problema, que, ressaltou, “está nas mãos da Secretaria de Segurança”.

Juízes – Tema que motivou a reunião, as reivindicações para a comarca de Balsas foram apresentadas ao corregedor. A presidente da OAB em Balsas solicitou a indicação de juízes titulares para a comarca, onde atual-

mente dois juízes respondem por três varas e um Juizado Especial.

Nas palavras de Ana Cecília Delavy, a solicitação se deve ao grande número de processos em tramitação na comarca demandados, principalmente, por conflitos relacionados à produção agrícola local (o município é grande produtor de soja).

Em atendimento ao pedido, Guerreiro Júnior providenciou de imediato a indicação do juiz Feitosa de Oliveira para a 1ª Vara da comarca.



Guerreiro Júnior com presidentes da OAB-MA, Mário Macieira; e da seccional Balsas

Ordem para decapitação de presos em Pinheiro teria saído de Pedrinhas

A ordem para execução e decapitação de quatro dos seis presos mortos em rebelião na delegacia de Pinheiro (região da Baixada), no início do mês, partiu de um detento da Penitenciária de Pedrinhas, e chegou por celular. A superlotação da delegacia seria o pretexto para esconder rixa de dois líderes do motim com um terceiro colega de cela.

As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada.

O termo chegou ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e foi mostrado ao presidente da OAB-MA, Mário Macieira, nesta sexta-feira, 18. Ambos se disseram estarecidos com a narrativa em detalhes da rebelião.

Sabe-se pelo depoimento que a chegada de presos de Cururupu teria alterado radicalmente o dia-a-dia da cadeia em Pinheiro. O clima calmo se transformou em estopim e pólvora pela imposição das lideranças "de fora", alguns com temperamento violento ao extremo. Durante a revolta na delegacia, um dos líderes teria morto um taxista, arrancado um dos olhos e o jogado na entrada do corredor das celas. Um segundo chefe da revolta teria assassinado e bebido o sangue de um "idoso baixinho e moreno". Uma família teria sido obrigada a pagar resgate para que um preso comum não morresse.

Tribunal reforma o Fórum de Cururupu

As obras de reforma do fórum de Cururupu, comarca de entrância inicial, situada a 453 Km de São Luís, serão finalizadas no mês de março deste ano. A previsão de entrega do prédio com nova infraestrutura é da Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça (TJMA), responsável em vistoriar a reforma iniciada em janeiro.

O imóvel, cedido pela Prefeitura de Cururupu, possui 922,30 m² de área construída e está situado em terreno de 302,61m². A empresa DA Construções Ltda é responsável pela reforma do fórum que está sendo adaptado seguindo padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o

Estado.

RECUPERAÇÃO

Atualmente estão sendo feitos os serviços de recuperação do telhado e reboco; construção de muro; instalação de grades com portão de entrada; drenos para ar condicionado e de novos pontos elétricos, lógicos e telefônicos; troca de louças e metais dos banheiros; abertura de vãos para portas; substituição de luminárias. Também serão realizados os serviços de pintura interna e externa; automatização do portão metálico; cobertura para garagem e construção de balcão em granito com visor para melhor atender ao público.

HONESTO TODO

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, vai enviar a documentação do projeto de Parceria Público Privada (PPP), de sua autoria, para fundamentar pronunciamento do senador Lobão Filho, em Brasília. O pedido partiu do parlamentar, que considerou a proposta inovadora e com argumentos sólidos para revolucionar o judiciário nacional, ao conhecer seus detalhes pelo corregedor, a quem fez visita de cortesia ontem, em companhia do desembargador José Ribamar Fróz Sobrinho. Ambos admitiram a possibilidade de formar uma comissão conjunta tratar o assunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a ministra-corregedora Eliana Calmon. Sua excelência Edinho Lobão tem processo parado na Justiça por uma série de crimes. Nada melhor do que fazer agrado a um desembargador. O futuro a Deus pertence. Vá lá que...

VEREADORES

Vereadores de Codó, no interior do Maranhão, trocaram socos e pontapés durante uma sessão em que era discutida a sucessão à presidência da Casa. O caso foi registrado na delegacia de polícia codoense. Os parlamentares começaram a discussão no momento em que debatiam a eleição da Câmara de Vereadores. A polêmica em torno da eleição se estende desde novembro. Uma nova eleição foi convocada. Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão estão analisando o resultado da eleição.



Guerreiro Júnior manteve encontro com Mário Macieira e revelou detalhes do depoimento do preso de Pinheiro

Ordem para decapitação em Pinheiro partiu de SL

A ordem para degolar quatro presos durante revolta na Delegacia Regional de Pinheiro partiu da Penitenciária de Pedrinhas, na zona rural de São Luís. A revelação foi feita pelo corregedor geral de Justiça,

desembargador Guerreiro Júnior, durante encontro com o presidente da seccional maranhense da OAB, Mário Macieira. Tudo foi revelado por um preso em depoimento. **Página-8**

Ordem para degolar presos foi de S. Luís

R. Pinheiro

A ordem para execução e degola de quatro dos seis presos mortos em rebelião na delegacia de Pinheiro (região da Baixada), no início do mês, partiu de um detento da Penitenciária de Pedrinhas, na zona rural de São Luís, e chegou por celular. A superlotação da delegacia seria o pretexto para esconder rixa de dois líderes do motim com um terceiro colega de cela.

As afirmações são de um preso e constam em termo de audiência, com depoimento tomado em 11 de fevereiro, e que teve como testemunhas um juiz que responde por comarca da Baixada e uma advogada.

ESTARRECEDOR

O termo chegou ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e foi mostrado ao presidente da OAB-MA, Mário Macieira, ontem, 18. Ambos se disseram estarecidos com a narrativa em detalhes da rebelião.

Sabe-se pelo depoimento que a chegada de presos de Cururu-puteria alterado radicalmente o



Guerreiro Júnior revelou depoimento a Mário Macieira

dia-a-dia da cadeia em Pinheiro. O clima calmo se transformou em estopim e pólvora pela imposição das lideranças "de fora", alguns com temperamento violento ao extremo.

Durante a revolta na delegacia, um dos líderes teria morto um taxista, arrancado um dos olhos e o jogado na entrada do corredor das celas. Um segundo chefe da revolta teria assassinado e

bebido o sangue de um "idoso baixinho e moreno". Uma família teria sido obrigada a pagar resgate para que um preso comum não morresse.

O corregedor informou ao presidente da OAB-MA que vai encaminhar o documento à presidência do Tribunal de Justiça, órgãos estaduais da Justiça e ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

Corregedor e OAB discutem situação prisional do estado

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, recebeu ontem, 18, em São Luís, os presidentes da OAB-MA, Mário Macieira, e da seccional Balsas, Ana Cecília Delavy. O encontro teve por objetivo apresentar as reivindicações da comarca. Em face dos acontecimentos envolvendo o sistema carcerário estadual, o tema ocupou boa parte da reunião da qual também participou o advogado Crisógomo Vieira, que atua em Riachão.

Superlotação, corrupção e drogas que circulam nas prisões sobressaem entre os problemas carcerários debatidos pelo corregedor e representantes da Ordem.

ESTADO DA DEGOLA

Falando sobre a rebelião na delegacia de Pinheiro, onde seis detentos foram mortos - quatro deles degolados - o corregedor citou depoimento de um sobrevivente da tragédia, segundo o qual as degolas teriam sido comandadas de dentro do presídio de Pedrinhas.

“É um desastre. O estado agora é conhecido como “o Estado

da degola”. Nós que brigamos pelo Maranhão estamos nos envolvendo em uma questão perigosíssima”, alerta.

Para o presidente da OAB-MA, os problemas com a questão carcerária no Maranhão são preocupantes. Sobre a organização criminosa sugerida pelo preso, e cuja cópia de depoimento recebeu, Macieira se disse ainda mais preocupado com notícia de que o comando da rebelião teria partido de Pedrinhas.

O presidente se disse mais otimista com a possibilidade de aliança entre Corregedoria e OAB no sentido de lutar por solução para o problema, que, ressalta; “está nas mãos da Secretaria de Segurança”.

REIVINDICAÇÕES

Tema que motivou a reunião, as reivindicações para a comarca de Balsas foram apresentadas ao corregedor. A presidente da OAB em Balsas solicitou a indicação de juízes titulares para a comarca, onde atualmente dois juízes respondem por três varas e um Juizado Especial.

Vara de Entorpecente recebe o Pauta Zero

A Vara de Entorpecentes da capital, no Fórum do Calhau, terá 1.330 processos analisados por 20 juízes que integram o projeto “Pauta Zero”, a partir de segunda-feira, 21, de acordo com convocação extraordinária do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. A ação integra elenco de medidas tomadas pelo corregedor com o objetivo de solucionar demandas na área criminal.

O corregedor Guerreiro Júnior convocou extraordinariamente o grupo de juízes para trabalhar, durante a próxima semana.

BARRA DO CORDA

O “Pauta Zero” concentrou esforços durante a semana na 1ª Vara de Barra do Corda. Ao final da tarde de quinta-feira, 17, foram analisados cerca de 5.623 processos. Foram proferidas 888 sentenças, 197 decisões e 4.538 despachos.

Segundo o juiz Pedro Henrique Holanda Pascoal, coordenador do projeto, a 1ª vara da comarca reunia saldo negativo de 1.323 processos relativos às metas do CNJ, entre outros.

O “Pauta Zero” teve início na Comarca de Vitória do Mearim, em dezembro. Os juízes conseguiram resultados excelentes: 2167 despachos, 345 decisões e 539 sentenças dos 3.051 processos examinados.